



Tribunal de Justiça de Pernambuco
Poder Judiciário

3º Juizado Especial Cível da Capital

Rua Dr. João Ivo da Silva, 342 - Madalena - Recife/PE - CEP: 50.720-100 - F: (81)3227-7111

Processo nº 0000560-49.2011.8.17.8103 Turma - AM

Demandante: CLAUDIVANIO PEREIRA DE CARVALHO

Demandado: SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DE SEGURO DPVAT

CITAÇÃO

Fica V.Sa. ciente da queixa ajuizada nos autos do processo acima, e intimada a comparecer a este Juizado, sito à Rua Dr. João Ivo da Silva, 342 - Madalena - Recife/PE - CEP: 50.720-100, no dia **23/09/2011**, às **09:10h**, para a sessão de conciliação deste Processo, na forma do art. 27, da Lei 9099/95 e da Resolução nº 223/2007, de 04/07/2007, da Presidência do TJPE.

Na oportunidade, **não havendo acordo**, será, de imediato, realizada a **audiência de instrução e julgamento**, ocasião em que a parte demandada deverá apresentar defesa, oral ou escrita e produzir todas as provas - **documental e testemunhal** - esta no número máximo de 03 (três) testemunhas para cada litigante; ficam as partes cientes que não será aberto novo prazo para juntada posterior de documentos.

Nas causas de valor superior a 20 (vinte) salários mínimos, as partes deverão comparecer ao ato acompanhadas de advogado.

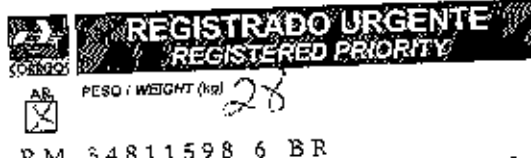
Fica advertida a parte ré que o não comparecimento na referida audiência acarretará a presunção de veracidade dos fatos alegados pelo autor, constantes no Termo de Apresentação de Queixa, em anexo, dando-se de logo, o julgamento de plano, com as consequências da revelia, consoante o disposto no art. 319 do CPC, c/c art. 20 da Lei 9099/95.

Recife, 16 de março de 2011.

Chefe de Secretaria

CONTRATO ECT/TJPE
Nº 1465003158

SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DE SEGURO DPVAT
RUA FREI MATIAS TEVES, 280 5 ANDAR SALA 507 - ILHA DO LEITE Recife-PE CEP:
50070450



15/04/2011 13:24:50



Tribunal de Justiça de Pernambuco
Poder Judiciário

3º Juizado Especial Cível da Capital

Rua Dr. João Ivo da Silva, 342 - Madalena - Recife/PE - CEP: 50.720-100 - F: (81)3227-7111

TERMO DE APRESENTAÇÃO DE QUEIXA

Processo nº 0000560-49.2011.8.17.8103 Turma - AM
Tipo - Outros

Demandante: CLAUDIVANIO PEREIRA DE CARVALHO
Profissão: não informada Estado Civil: não informado
CPF: 028.264.714-73 RG.: 5644002 SSP-PE
Endereço: R Pedro Alvares Cabral, 32 Sala 12 - Jd Atlantico
Olinda/PE - CEP: 53140290

Demandado: SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DE SEGURO DPVAT
CNPJ: 09.248.608/0001-04
Endereço: RUA FREI MATIAS TEVES, 280 5 ANDAR SALA 507 - ILHA DO LEITE
Recife/PE - CEP: 50070450

FATO-PEDIDO

CONFORME PETIÇÃO EM ANEXO.

Valor da Causa: R\$ 20.112,50

O(s) Demandante(s), por si ou por seu(s) advogado(s), declara(m) aprovar o texto supra, ficando ciente(s) da designação da sessão de conciliação para o **dia 23/09/2011, às 09:10h**, no endereço deste Juizado; na oportunidade, caso não seja realizado acordo, de imediato será procedida audiência de instrução e julgamento, ocasião em que deverá produzir todas as provas - **documental e testemunhal** - esta no número máximo de 03 (três) testemunhas para cada litigante, **não sendo permitida sua apresentação posterior**. As partes deverão se apresentar acompanhadas de advogado nas causas de valor superior a 20 (vinte) salários mínimos. **O não de comparecimento** de V. S^a implicará na **extinção do processo**, com fundamento no artigo 51, I da Lei nº 9.099/95 e condenação ao pagamento de custas processuais.

Recife, 16 de março de 2011.

CLAUDIVANIO PEREIRA DE CARVALHO


Chefe de Secretaria

**EXMO. SR. DR. JUIZ DE DIREITO DO _____ JUIZADO ESPECIAL
CÍVEL DA COMARCA DE RECIFE - PERNAMBUCO**

CLAUDIVANIO PEREIRA DE CARVALHO

Brasileiro portador da cédula de identidade nº5644002 SSP/PE e inscrito no CPF sob o nº028.264.714-73, com endereço na Rua Pedro Álvares Cabral, 32 -Sala 12- Jardim Atlântico - Olinda - PE - CEP. 53140-290 vem à presença de V. Exa., por sua advogada infra-assinada, com endereço profissional constante no instrumento procuratório, em anexo, com fulcro na Lei 9.099/95, 8.441/92 que deu nova redação à Lei Federal 6.194/74 e nos demais dispositivos legais que regem a matéria, promover

AÇÃO DE COBRANÇA DE SEGURO DPVAT

Contra **SEGURADORA LÍDER DOS CONSÓRCIOS DO SEGURO DPVAT**, inscrita no CNPJ n. 09.248.608/0001-04, situada à Rua Frei Matias Teves, nº280 -5º andar,sala 507,Iilha do Leite- Recife- PE CEP. 50070-450, pelo que declara e passa a expor:

DOS FATOS

01. No dia **04 de abril 2007**, o autor foi vítima de acidente automobilístico, sofrendo lesões corporais onde, em atendimento médico fora constatado **UMA SÉRIE DE LESÕES GRAVES**, que resultou em **DEFORMIDADE PERMANENTE**, conforme boletim de ocorrência e perícia, em anexos.

02. Sendo o autor, vítima de acidente automotor, atrai a aplicação da Lei 6.194/74 (Seguro Obrigatório de Danos Pessoais causados por Veículos Automotores de Via Terrestre ou por sua carga, a pessoa transportada ou não); conforme art. 3º., alínea "b" que dispõe:

"Art. 3º. Os danos pessoais coberto pelo seguro estabelecido no art. 2º compreendem as indenizações por morte, invalidez permanente e despesas de assistência médica e suplementares, nos valores que seguem, por pessoa vitimada:

(...)

b) **até 40(vezes) o maior salário mínimo - no caso de invalidez permanente;**

03. Há de ser ressaltado que foi requerido administrativamente a liberação da **INTEGRALIDADE** do valor da indenização do seguro DPVAT, **por invalidez PERMANENTE**, sendo que até a presente data foi paga a quantia de **R\$1.687,50,00(um mil seiscentos e oitenta e sete reais e cinquenta centavos) no dia 21 de janeiro de 2011.**

{PAGE }

04. O requerente não pode admitir a recusa da Seguradora em pagar o complemento do seguro DPVAT no valor de **R\$20.112,50 (vinte mil cento e doze reais e cinquenta centavos)**, por entender contrariar o texto legal, motivo pelo qual propõe a presente ação, afim de receber o valor que, por lei, lhe é devido.

DO DIREITO:

05. Outrossim, convém trazer a baila, demonstração da mais pacífica jurisprudência a respeito da pretensão em comento. Senão vejamos:

SEGURO OBRIGATÓRIO DE VEÍCULOS AUTOMOTORES APELAÇÃO CÍVEL 4550/96 - Reg. 3204-1 Cod. 96.001.04550 QUARTA CÂMARA - Unânime Juiz: PAULO GUSTAVO REBELLO HORTA - Julg: 27/06/96 DPVAT. FALTA DE CONTRATAÇÃO DO SEGURO. LEI N. 8441/92. INCONSTITUCIONALIDADE. INOCORRENCIA. A Lei n. 8441/92 não conflita com o art. 192 da Constituição da República nem contraria a essência do contrato de seguro, previsto no art. 1432 do Código Civil, nos casos em que o seguro não se acha realizado ou vencido, pois a constituição obrigatória do consórcio de seguradoras foi criado justamente para cobrir a indenização por pessoas acidentadas, independente do pagamento do prêmio. Inconstitucionalidade rejeitada. A indenização por morte em acidente de trânsito é devida, mediante a simples prova do acidente, ainda que não recolhido o DPVAT. Cabe a seguradora acionada reaver do consórcio o que tiver satisfeito em face da aplicação do art. 7. da Lei n. 8441/92.

SEGURO OBRIGATÓRIO DE VEÍCULOS AUTOMOTORES APELAÇÃO CÍVEL 5220/96 - Reg. 2933-3 Cod. 96.001.05220 QUINTA CÂMARA - Unânime Juiz: MARCUS TULLIUS ALVES - Julg: 07/08/96 DPVAT. RETROATIVIDADE DA LEI. INTERESSE PÚBLICO. O princípio da irretroatividade legal sofre exceção diante do interesse público, de forma a permitir diante da natureza que os efeitos da lei nova alcance situações pretéritas, conquanto, ai os atos não se encontram concluídos e as situações, que deles poderiam recorrer, não se acham definitivamente constituídas.

SEGURO OBRIGATÓRIO DE VEÍCULOS AUTOMOTORES APELAÇÃO CÍVEL 6208/96 - Reg. 3628-3 Cod. 96.001.06208 TERCEIRA CÂMARA - Unânime Juiz: ANTÔNIO JOSÉ A. PINTO - Julg: 19/09/96 COBRANÇA. QUANTIAS INDENIZATORIAS. SEGURO DPVAT. Ação de cobrança de quantias indenizatórias a título de seguro obrigatório - DPVAT. Pedido indenizatório que se fez correto, de acordo com a Lei 6194/74, modificada pela Lei 8441/92. Responsabilidade da seguradora ora apelada, que, inclusive, não nega o dever de indenizar a autora, apenas, divergindo quanto ao valor cobrado. A existência do consórcio de empresas seguradoras tornou possível reclamar-se a indenização de qualquer uma das empresas conveniadas. Apelo da ré que se da provimento para reformar a sentença de primeiro grau.

06. No que concerne ao posicionamento do **SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA**, há de ser posto o seguinte:

SÚMULA n. 228: O pedido do pagamento de indenização à seguradora suspende o prazo de prescrição até que o segurado tenha ciência da decisão

SÚMULA n. 257: A falta de pagamento do prêmio do seguro obrigatório de Danos Pessoais Causados por Veículos Automotores de Vias Terrestres (DPVAT) não é motivo para a recusa do pagamento da indenização.

Terceira Turma do STJ. VEÍCULO AUTOMOTOR. DPVAT. LEGITIMIDADE PASSIVA. A Turma desproveu o recurso, entendendo que, no trato de ação de indenização referente ao seguro obrigatório de veículo, qualquer seguradora do sistema tem legitimidade passiva. E, ainda, quanto ao valor de cobertura do DPVAT, seria de quarenta salários mínimos, inexistindo incompatibilidade com a Lei n. 6.194/1974 e demais normas que impedem o uso do salário mínimo como parâmetro de correção monetária. Precedentes citados: REsp 602.165-RJ, DJ 13/9/2004; REsp 579.891-SP, DJ 8/11/2004, e REsp 153.209-RS, DJ 2/2/2004. **AgRg no { HYPERLINK "http://www.stj.gov.br/webstj/processo/justica/jurisprudencia.asp?tipo=num_pro&valor=Ag%20742443" }, Rel. Min. Nancy Andrighi, julgado em 4/4/2006.**

{PAGE }

QUARTA TURMA. DPVAT. SALÁRIOS MÍNIMOS. Discute-se o valor da cobertura correspondente ao seguro obrigatório-DPVAT, em razão de atropelamento fatal que vitimou a esposa do autor. A Segunda Seção, por maioria, decidiu que a fixação da cobertura do DPVAT em salários mínimos não infringe a legislação, porquanto se cuida de mero critério indenizatório, de cunho legal e específico dessa natureza de cobertura, sem característica de indexação inflacionária. A jurisprudência inclinou-se em considerar como não representativo de quitação total o recibo dado em caráter geral, para afastar um direito que é assegurado por força de lei ao credor, caso do DPVAT (art. 3º, a, da Lei n. 6.194/1974). Precedentes citados: REsp 129.182-SP, DJ 30/3/1998; REsp 195.492-RJ, DJ 21/8/2000, e REsp 257.596-SP, DJ 16/10/2000. { **HYPERLINK**

"http://www.stj.gov.br/webstj/processo/justica/jurisprudencia.asp?tipo=num_pro&valor=REsp%20296675" }, Rel. Min. Aldir Passarinho Junior, julgado em 20/8/2002.

DPVAT. JUROS. MORA. TERMO INICIAL. A Turma reiterou que os juros de mora, no caso de ilícito contratual relativo ao DPVAT, i. e., seguro obrigatório, são devidos a partir de sua citação. Precedente citado: AgRg no REsp 954.209-SP, DJ 19/11/2007. { **HYPERLINK** "<http://>" \t "_blank" }, Rel. Min. Aldir Passarinho Junior, julgado em 6/5/2008.

07. Assim sendo, não resta outra alternativa ao autor, senão ingressar com a presente ação, afim de receber o valor correspondente ao complemento do seguro DPVAT, calculados com base no valor da data da efetiva liquidação.

DOS PEDIDOS:

Diante de todo o exposto, pede e requer se digne V.Exa. o seguinte:

- 1) A citação da Ré, sendo designada **audiência** devendo, a Requerida, **apresentar resposta à presente ação**, sob pena de revelia;
- 2) **JULGAR PROCEDENTE** a presente demanda em todos os seus termos, com a condenação da Requerida ao pagamento da indenização do seguro obrigatório DPVAT, o que atualmente perfaz a quantia de **R\$20.112,50 (vinte mil cento e doze reais e cinquenta centavos)**, corrigidos pela tabela da ENCOGE da data do acidente e com juros de 1% a.m. contados desde a data da citação e atualizados à data da efetiva liquidação, com fulcro no Art. 3, alínea "b", da Lei n 6.194/74;

Protesta e requer provar o alegado por todos os meios de provas em direito admitidos, especialmente pelos documentos que acompanham a Inicial.

Dá-se à causa o valor de **R\$ 20.112,50 (vinte mil cento e doze reais e cinquenta centavos)**.

Pede e espera deferimento.
Recife, 28 de fevereiro de 2011.

AYANNE FREITAS DE PAIVA
Advogada – OAB/PE 27.695



GOVERNO DO ESTADO DE PERNAMBUCO
SECRETARIA DE DEFESA SOCIAL
POLICIA CIVIL DE PERNAMBUCO
DELEGACIA DE POLICIA DA 106A. CIRCUNSCRICAO - QUIRASA

BOLETIM DE OCORRÊNCIA N.º 10E0275000123

Gravidade registrada nesta unidade policial no dia 08/11/2010 às 13:29

ACIDENTE DE TRANSITO CON VITIMA NO FATAL - Delito (Consumado) que acontecio no dia 2/4/2003

IN PROGRESS: AGREENTS IN TRANSIT

Endereço: Rua: ALBERTO DE FREITAS - 100 - JARDIM
 Fica próximo ao endereço: RUA LINDOLFO RODRIGUES BRASL, L PRÓXIMO A ESCOLA VERDEIRA D'ARC - LITO
 CENTRO - Município: GUAXAMA - Estado: PERNAMBUCO - FONE: BRASIL
 Local de trabalho: POLICIA - CONJUNTO DAS RUAS LINDOLFO BRASL E JOSE PEREIRA DOS ANJOS - FONE: SÃO
 DOMINGOS

PUBLISHED BY THE AMERICAN MEDICAL ASSOCIATION
 535 N. Dearborn St., Chicago, Ill. 60610

2000 7 12 星期五

CLAYTONIAN FINCHES OF CAVALRO (VITINA)

[illegible]

© 2000 American Psychological Association or one of its allied publishers. This article is intended solely for the personal use of the individual user and is not to be disseminated broadly.

VERICHO (TULADO NA GARGALHA DO CONDOMÍNIO), QUE MATEIA EM POISSA DO(a) TR(A): CLAUDIMARCO PEREIRA DE CARVALHO

Qualification of persons involved

[VITIMA] - CLAUDIVANTO PEREIRA DE CARVALHO (pretaria do plantão) - 1ªm. Maranhão

DR. SILVIO VIANNA DE CARVALHO PEREIRA: Pai: SEVERINO PEREIRA PRADO Rua de Sacramento: 1500/202, Belo Horizonte: 30130-000 / PERMANENTE / BRAS.

Dirección: CARRANDELA, Eusebio; F. SERRA MIGUELITO, Patricia ALFONSO TORRES; Teléfono de Contacto: 985260000, Yachay Chichil: 985260000

Trabalha atualmente em um município de Goiás, e também ministra aulas, minicursos, oficinas, workshops, cursos, e até para o governo de Goiás em Goiás, promovendo o trabalho comunitário em Goiás.

© 2004 Blackwell Publishing Ltd *Journal of Internal Medicine* 255: 105–112

Figure 2 *Continued*

(VITIMA) - MANGEL RODRIGUES DA SILVA (não presente ao julgamento) - São Paulo

NÃO INCOMODE, NÃO INCOMODE

Trabalho Civil NÃO INFORMADO; Exatidão: NÃO INFORMADO; Perfil: ANTONIO MARCELO; Trabalho: 4; Qualidade: NÃO INFORMADO; Trabalho Civil: 0

1. Iglesia Parroquial del Santísimo de Guadalupe, L. 1000 Santa Cruz, Cuna del Fomento, Guadalupe, Pinar del Río, Cuba

© 2000 Blackwell Science Ltd

© 2004 Blackwell Publishing Ltd *Journal of Internal Medicine* 255: 115–122

ETREMUUNHA) - MAGNO (em grande ou grande) - Long. Grande.

BOLETIM DE EMERGÊNCIA

Acidente

2. 2. 8. 6


Data: 10/10/102
Nº da Comunicação

NOME	Nome	Cláudio Renato Pereira de Carvalho	Telefone
	Endereço	Rua Eurípedes Pereira (Carvalho)	
RESERVA	Nome	Rita Rômulo de Carvalho Pereira (Moi)	Telefone
	Endereço		

CONDIÇÃO	PROFISSÃO	SEXO	NASCIMENTO	NACIONALIDADE	DOCUMENTO DE IDENTIDADE	
<input type="checkbox"/> REGULAR <input type="checkbox"/> EXATOS <input type="checkbox"/> FALSO <input type="checkbox"/> OUTROS	Agropecuária	<input checked="" type="checkbox"/> MASC. <input type="checkbox"/> FEM.	15/05/78	<input checked="" type="checkbox"/> BRASILEIRO <input type="checkbox"/> ESTRANGEIRO	NÚMERO	ORIGEM

PACIENTE CHEGOU	AMPLIAÇÃO / HORA	PACIENTE / HORA	AFRONTAMENTO	<input type="checkbox"/> ACIDENTE DE TRABALHO <input type="checkbox"/> CASO POLICIAL
<input type="checkbox"/> ANCIANO <input type="checkbox"/> AMPLIAÇÃO	<input type="checkbox"/> DE NUNCA <input checked="" type="checkbox"/> OUTROS	BASTA DIFERENÇA BASTA	_____ h _____ min	

Pressão Arterial	PULSO	TEMPERATURA		Exames Complementares
Art. / Min.		axilar	retal	

Causa Provável de Lesão - Contusão - Contusão - Contusão - Trauma - Trauma Rht - 1/100 - 100 	Tratamento
--	------------

Destino Dado ao Paciente <input type="checkbox"/> Residência <input type="checkbox"/> Internado Encaminhado Removido Data de _____ h _____ min Dia _____	Histórico Diagnóstico Última Consulta
--	--



Casa de Saúde Dr. José Evólde de Moura

J. Moura Soares Ltda. S/C
Rua Apêriolo Veras, 411 - CEP 55.000-000 - Centro
Afogados da Ingazeira - Pernambuco
Telefax: (51) 3538-1304 / 1591 / 2452 / 1965 / 1683

RECEITUÁRIO

ESPECIALIDADES

Clínica Geral
Ginecologia e Obstetrícia
Clínica Infantil
Psiquiatria

Oftalmologia
Otorrinolaringologia

Cardiologia
Dermatologia

Dentística
Urologia

Clínica Patológica
Clínica de Diagnóstico

Neurologia
Dermatopatologia

Endocrinologia
Hematologia

Patologia
Fisiologia

Fisiologia
Genética

Terapias Complementares

Urologia

Dermatologia

Neurologia

Endocrinologia

Terapias Complementares

Endocrinologia

Urologia

Terapias Complementares

Endocrinologia

Terapias Complementares

Urologia

Endocrinologia

haverá médicos

Claudiovanio J. de

Correio, vítima de
acidente motociclistas

em 04/04/07, com trauma

em joelho e choque
por uso de substância

A ser por

de acidente com
os pectos lateral

PARECER DE ANÁLISE MÉDICO DOCUMENTAL

DADOS DO SINISTRO

Número:	2010410230	Cidade:	QUIXABA	Natureza:	Invalidez Parcial
Vítima:	CLAUDIVANIO PEREIRA DE CARVALHO	Data do acidente:	04/04/2007	Emissor do parecer:	Laerte Felix de Mattos
Seguradora:	AMERICAN LIFE COMPANHIA DE SEGUROS	Prestadora:	AMORIM E MATTOS SERVIÇOS MÉDICOS ESPECIALIZADOS LT	CRM do médico:	346363

PARECER

Data da análise: 06/01/2011

Perícia médica: Não

Diagnóstico: TRAUMA NO JOELHO ESQUERDO

Resultados terapêuticos:

Sequelas permanentes: DEBILIDADE CICATRIZES

Sequelas: Com sequela

Conduta mantida: Não

Quantificação das sequelas: JOELHO 50%

Documentos complementares:

Observações:

Valor pleiteado: 9.450,00

Médico avaliador: LAERTE

UF do CRM do médico: RJ

DANOS

Dano	% Dimensão Graduação		
Perda completa da mobilidade de um joelho	25	1	50

Valor avaliado: 1.687,50

EXMO. SR. DR. JUIZ DE DIREITO DO III JUIZADO ESPECIAL CÍVEL DA
COMARCA DE RECIFE - PE.

Proc.560/2011

CLAUDIVANIO PEREIRA DE CARVALHO, já qualificado
nos autos da ação que move contra **SEGURADORA LÍDER DOS CONSORCIOS**
DO SEGURO DPVAT, vem respeitosamente à presença de Vossa Excelência, através
de sua advogada infra-assinada, inconformado com a sentença de fls. que julgou o
pedido improcedente sem resolução de mérito, interpor o presente **RECURSO**
INOMINADO, com fulcro no art. 41, § 1º da Lei 9.099/95, de acordo com os
fundamentos anexos.

DA GRATUIDADE DA JUSTIÇA

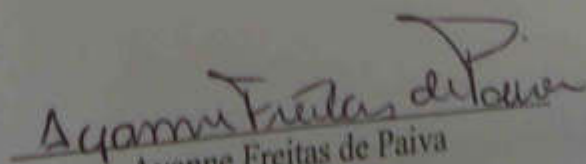
O recorrente requer a concessão da **GRATUIDADE DA**
JUSTIÇA, nos termos do art. 4º da Lei 1.060/05, com redação introduzida pela Lei
7.510/86, visto não possuir condições de arcar com custas processuais e honorárias
advocatícios sem prejuízo próprio, bem como de sua família. (Declaração de Pobreza
em anexo).

Requer, na forma da lei, seja o presente recurso inominado
recebido, regularmente processado e encaminhado à Turma Recursal dos Juizados
Especiais

Nestes Termos.

Pede Deferimento.

Recife, 16, de janeiro de 2012


Ayanne Freitas de Paiva
OAB/PE 27.695

Poder Judiciário

Poder Ju
de Perna

Home
05/08/2013 11:5

RECURSO 560, CIVEL - 10-Jan-2012-10:23:000184-0/2

88
C
EGRÉGIA TURMA RECURSAL DOS JUÍZADOS ESPECIAIS – PE.

Recorrente: CLAUDIVANIO PEREIRA DE CARVALHO

Recorrido: SEGURADORA LÍDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT

COLENDIA TURMA

I – DOS FATOS

O recorrente propôs demanda contra a **Seguradora Líder dos Consórcios do Seguro DPVAT** a fim de obter a complementação do pagamento do Seguro DPVAT, uma vez que o mesmo foi vítima de **acidente de trânsito no dia 04 de abril de 2007**.

O aviso de sinistro foi protocolizado, depois que toda a documentação exigida foi entregue a prestadora de serviço da Federação das Empresas de Seguros Privados e de Capitalização, sendo que esta entidade indicou a empresa Ré para efetivar a cobertura, pois a mesma é participante do convênio DPVAT.

O recorrente recebeu o valor de R\$ 1.687,50 (um mil, seiscentos e oitenta e sete reais e cinquenta centavos) referente à **DEBILIDADE PERMANENTE**, lesões estas, **avaliadas e reconhecidas pela própria seguradora**, que submeteu o recorrente à perícia realizada por médico contratado pelo convênio.

O recorrente, ainda possui perícia traumatológica, acostado aos autos que concluiu que houve **debilidade permanente do membro**.

A recorrida em sua Contestação suscitou preliminarmente da Incompetência Absoluta dos Juizados Especiais Cíveis.

Em sentença o M.M Juiz “a quo” acolhendo a preliminar, julgou
EXTINTO O PROCESSO SEM RESOLUÇÃO DE MÉRITO, aduzindo em síntese,
que:

89
e

" SENTENÇA Vistos, Extinção por inadmissibilidade proced. (art.51,II) SENTENÇA Vistos, etc ... Dispensado o relatório nos termos do art. 38 da Lei nº 9.099/95. O demandante Alexsandro de Freitas aduziu na exordial que foi vítima de um acidente de carro em 04/04/2007 sofrendo lesões graves e deformidade permanente. Afirma que recebeu o valor de R\$1.687,50, do seguro obrigatório, mas que teria direito. Requer o pagamento da complementação do seguro obrigatório no valor de R\$ 20.112,50. Valor da causa R\$20.112,50. Designada audiência nos Termos do art. 27 da Lei 9099/95 e da Resolução nº 223/2007, ocasião em que a parte autora juntou 05 documentos em 06 laudas e a empresa demandada apresentou contestação em 30 laudas, impugnando o pedido autoral, contendo 02 preliminares, 03 docs. de mérito, além de documentos de representação e constituição. Decido. Analiso inicialmente, a preliminar de Incompetência dos Juizados Especiais Cíveis para apreciar matéria que careça de produção de prova pericial técnica, assiste razão a demandada. Posto que nos sinistros ocorridos após a edição da medida provisória 451/2008, de 16/12/2008, convertida na Lei 11.945/2009, em 04 de junho de 2009, o valor da indenização deverá observar o grau de invalidez da parte segurada, restando para tal a necessidade de realização de perícia técnica que indique o grau da invalidez que acometeu o segurado. Então, in casu, mesmo contendo Laudo do IML, este não define o grau de invalidez da parte, e ainda destaque-se que o Laudo médico de fls. 10, foi assinado por único médico, não servindo como prova técnica de grau invalidez. Deste modo tenho que deve ser acolhida a preliminar suscitada. Destaque-se ainda o entendimento do Colégio Recursal: RECURSO INOMINADO Nº 04084/2011 - Relator JUIZ - PAULO HENRIQUE MARTINS MACHADO - Data Julg. 25/8/2011 EMENTA: RECURSO INOMINADO. INDENIZAÇÃO DO SEGURO DPVAT. SINISTRO OCORRIDO DEPOIS DO ADVENTO DA LEI Nº 11.945/09. INVALIDEZ PARCIAL INCOMPLETA. NECESSIDADE DE PRODUÇÃO DE PROVA PERICIAL PARA EXAMINAR A CORREÇÃO DOS CRITÉRIOS UTILIZADOS PELA SEGURADORA PARA O PAGAMENTO ADMINISTRATIVO. INCOMPETÊNCIA DO JUIZADO ESPECIAL. SENTENÇA MANTIDA. RECURSO IMPROVIDO. Cuida-se de recurso inominado interposto em face da sentença que julgou extinto o processo sem resolução do mérito, nos termos do art. 51, II, da Lei nº 9.099/95, por entender o julgador singular indispensável ao exame da controvérsia a realização de prova técnica de maior complexidade. Em sua peça de irresignação, o autor/recorrente sustenta, em suma, que as provas carreadas aos autos seriam suficientes para se concluir tanto pela sua incapacidade permanente, como pelo montante indenizatório a que faz jus com base na Lei nº 11.482/07. Não foram oferecidas contrarrazões. A sentença não merece reparo. Tratando-se de sinistro ocorrido depois do advento da Lei nº 11.945, de 05.06.09, a realização de prova pericial revela-se indispensável quando a hipótese for de invalidez parcial incompleta, como é o caso dos autos. É que, em tal circunstância, além do enquadramento da invalidez na tabela trazida pela aludida lei, há a necessidade de se reduzir proporcionalmente a indenização conforme a intensidade da perda, se intensa, média, leve ou residual, aplicando-se os percentuais estabelecidos no inciso II do § 1º do art. 3º da Lei nº 6.194/74. Logo, havendo discordância do segurado quanto aos critérios utilizados administrativamente para o cálculo do valor da indenização securitária, não é possível, sem o auxílio de uma prova pericial, rever-se o montante pago pela ré/recorrida. Isto posto, nego provimento ao recurso, condenando o autor/recorrente ao pagamento das custas processuais e verba honorária advocatícia, ora fixada em 10% (dez por cento) sobre o valor da condenação, cuja execução, contudo, fica suspensa, na forma do art. 12 da

Lei nº 1.060/50, por se tratar de beneficiário da Justiça Gratuita. ACÓRDÃO: Realizado o julgamento do recurso, no qual são partes LUIZ CARLOS DA MACENA, como recorrente, e, SEGURADORA LÍDER DOS CONSÓRCIOS DO SEGURO DPVAT como recorrida, em 25 de agosto de 2011, a 3ª Turma Recursal, composta dos Juizes de Direito MARCOS ANTÔNIO NERY DE AZEVEDO, LUIZ SÉRGIO SILVEIRA CERQUEIRA e PAULO HENRIQUE MARTINS MACHADO, sob a presidência do primeiro, proferiu a seguinte decisão. Vistos, relatados e discutidos estes autos, acordam os Juizes componentes da 3ª Turma Julgadora do Colégio Recursal dos Juizados Especiais Cíveis de Pernambuco, na conformidade da Ata de Julgamento, por maioria, em NEGAR provimento ao recurso, vencido o Juiz Luiz Sérgio que dava provimento. Publicada em sessão, ficam as partes, de logo, intimadas. Recife, Sala das Sessões, 25 de agosto de 2011. Note-se ainda que a Lei 9099/95, ressalta ser os Juizados Especiais Cíveis competentes para conciliação, processamento e julgamento de causas cíveis de menor complexidade, conforme elenca os incisos do art.3º. Não sendo, portanto, em sede de Juizados possível a produção de prova pericial Técnica e sendo no caso em tela necessário elementos comprobatórios do grau de invalidez que acometeu o autor, para um correto julgamento da causa. Diante do exposto, JULGO EXTINTO o presente processo, sem julgamento do mérito, nos termos do art.51,II da Lei 9099/95, vez que reconhecida a incompetência deste juízo para julgamento da causa ante a inadmissibilidade do procedimento. Sem custas e honorários advocatícios, consoante dispõe o art. 55 da Lei nº 9099/95. Publique-se, Registre-se e Intimem-se. Recife, 24 de novembro de 2011. Maria Amália I. Guido Juíza Leiga SENTENÇA HOMOLOGATÓRIA Homologo para os devidos fins a decisão proferida pela Juiz Leigo para que produza seus efeitos jurídicos e legais. P.R.I. Após o trânsito em julgado, archive-se. Recife, 30 de novembro de 2011. Francisco de Assis GALINDO de Oliveira Juiz de Direito Tribunal de Justiça de Pernambuco Poder Judiciário 3º Juizado Especial Cível da Capital Av. Marechal Mascarenhas de Moraes, 1919 - Imbiribeira - Recife/PE - CEP: 51.150-001 - F: (81)3183-1670 Processo nº 0000618-52.2011.8.17.8103 Turma - Mutirão Demandante: CLAUDIVANIO PEREIRA DE CARVALHO-Demandado: SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DE SEGURO DPVAT

II - DO DIREITO

Diante dos fatos supra citados é incontestável que o autor é segurado pertinente ao seguro obrigatório (DPVAT), posto que o mesmo foi vítima de acidente de trânsito e teve como consequência debilidade permanente de membro, sentido ou função.

Como suscitado anteriormente a "*questio debeatur*" pode ser sintetizada na discussão sobre a possibilidade da fixação do valor de indenização do seguro obrigatório resultar de vontade das partes, em desacordo com o estabelecido legalmente. Para tanto, mister analisar a natureza do seguro obrigatório. De fato e como ensina Elcyr Castello Branco, o seguro obrigatório é uma garantia de que o Governo

91
C
exige para proteger as vítimas, em razão do número crescente de eventos danosos, cf. "Seguro Obrigatório de Responsabilidade Civil". LEUD., 1976, p. 4.

Assim, os veículos no momento do licenciamento anual, ficam obrigados a recolher o valor do seguro obrigatório de responsabilidade civil. É, aliás, condição para que os veículos possam trafegar, como aponta Rui Stocco in Responsabilidade Civil e sua Interpretação Jurisprudencial, RT., p. 205.

E continua o ilustre doutrinador sobre o tema: "É caracterizado como uma interferência do Poder Público na liberdade das pessoas, com o objetivo de proteger as vítimas de acidente, nas atividades que considerou de extremo perigo como *"ad exemplum"*, a condução de veículos automotores".

Os danos pessoais cobertos pelo seguro estabelecido no artigo 8º, inc. II, da Lei 11.482/07 (seguro obrigatório) compreendem as indenizações por morte, invalidez permanente e despesas de assistência médica e suplementar, nos valores que se seguem, por pessoa vitimada: **até 40 (vezes) o maior salário mínimo vigente no País - no caso de invalidez permanente;**

Com efeito, o seguro obrigatório - ao contrário dos demais contratos desta natureza - é regulamentado por legislação específica, sendo a indenização tarifada e insuscetível de transação. Correto, então, afirmar que as partes não podem deliberar sobre os valores especificados em lei. A rigidez da norma legal, pela especificidade do seguro em análise, tem por objetivo a proteção da parte mais fraca da relação contratual, no caso o segurado.

No entanto, a seguradora pagou a indenização a menor, pois a quantia certa para cobertura de invalidez permanente, conforme legislação regulamentadora da matéria é de até 40(vezes) o maior salário mínimo vigente no País - no caso de invalidez permanente, porém a quantia paga foi baseada no valor determinado pela SUSEP (SUPERINTENDENCIA NACIONAL DOS SEGUROS PRIVADOS) e fixado pelo Conselho Nacional de Seguros Privado(CNSP), contrariando a legislação aplicável.

Acontece que a tabela fixada pelo Conselho Nacional de Seguros Privados (CNSP) através de resoluções não possui qualquer amparo legal. Logo, o entendimento que o Art. 8º da Lei 11.482/07, determina o patamar de até 40(vezes) o maior salário mínimo vigente no País – no caso de invalidez permanente, e não há qualquer incompatibilidade entre aquele comando legal e as normas inseridas nas leis posteriores, neste sentido o seguinte julgado:

“O ponto fulcral dessa lide desdobra-se em duas vertentes: a primeira diz respeito à hierarquia das normas, quando se tem uma resolução frente a uma lei ordinária. É pacífica a jurisprudência não só desse Colegiado, como do próprio STJ. É de saber pueril que uma resolução não pode modificar, revogar ou derogar uma lei ordinária, norma hierarquicamente.”(1º CRC/PE, Recurso nº 1775/2006, Relator Ricardo Pessoa dos Santos, j. 21/11/2006). No mesmo sentido: “(...) De mais a mais, não tendo a lei contemplado qualquer ressalva quanto a grau de invalidez quando na hipótese de invalidez permanente como resultante de acidente automobilístico, não cabe ao CNSP, a pretexto de uma suposta regulamentação das normas legais atinentes aos seguros privados, incluindo-se, nestes, o seguro obrigatório, fazê-lo”. (TJMS, APC, Processo nº 2003.005963-6, Rel. Dês. Hamilton Carli). Felizmente, a jurisprudência pátria vem solidificando seu entendimento no sentido de estabelecer os limites dessa regulamentação com vistas a não infringir, sob aquele pretexto, normas cogentes de índole legislativa. Neste sentido, é amplamente solidificado o entendimento de que não podem os expedientes administrativos modificar o estabelecido na legislação pertinente e isso no que diz respeito também, e notadamente, aos valores devidos a título de indenização. Nesta ótica, vejo, em comunhão com o entendimento dominante, que as instruções e resoluções expedidas pelo CNSP acerca do *quantum* indenizatório não têm o condão de excepcionar a aplicação da Lei Federal (...)”(1º CRC/PE, Recurso nº. 2249/06, Rel. Luiz Mário de Góes Moutinho, j. 06/12/2006).

É de se destacar, por imperioso, que o recibo de quitação outorgado pela requerente em face da requerida foi lavrado em termos genéricos, não podendo liberar o devedor, notadamente em razão do valor indenizatório estar estabelecido por lei, como é o caso presente, como já decidiu inclusive a N. 10ª Câmara do E. 1º TACSP, nos autos da Apelação 719.238-7, cuja ementa a seguir transcrevemos:

“Seguro obrigatório – responsabilidade civil – acidente de trânsito – fixação do valor imposto por lei não podendo ser objeto de transação entre as partes – proteção do segurado que é a parte mais fraca no contrato – invalidade da quitação por valor menor que o da indenização por força de tal princípio – determinação da sentença para que a seguradora pague o restante da indenização a despeito de ter obtido a quitação – cobrança procedente – recurso improvido”.

Diante do exposto vê-se que o recorrente recebeu quantia inferior àquela que legalmente lhe era devida. Essa postura constitui evidente afronta aos

93
ditames normativos e não deve prosperar, mormente o entendimento jurisprudencial a pouco externado, de tal sorte que agora deve receber a diferença à época não paga.

Resta notório o direito que tem o recorrente de receber a importância de **RS20.112,50 (vinte mil, cento e doze reais e cinquenta centavos)** **correspondente à diferença que a demandada** indevidamente deixou de lhe pagar, referente à **debilidade de permanente membro.**

No tocante ao "quantum" devido a título de cobertura do seguro DPVAT, não cabe a SUSEP ou a CNPS fixar percentuais de invalidez, ou grau de debilidade que não são matéria de discussão pelo diploma legal que trata do tema, qual seja, Lei 6.194/74.

Neste sentido, os seguintes julgados:

SEGURO OBRIGATÓRIO NA HIPÓTESE DE INVALIDEZ PERMANENTE. PROVA TÉCNICA IRREFUTÁVEL. PREVISÃO LEGAL NÃO ALTERÁVEL POR ESTIPULAÇÃO ADMINISTRATIVA. COMPLEMENTAÇÃO CABÍVEL. RECURSO IMPROVIDO. (...) E o relatório. **1. Não prospera a preliminar de incompetência absoluta do Juizado fundada na necessidade de produção de perícia. A prova técnica pré-constituída, produzida pelo IML e acostada nos autos é suficiente para informar o convencimento jurisdicional, dispensando a produção de qualquer prova de similar natureza. Ademais, tudo leva a crer que a própria recorrente manejou tal laudo para autorizar o pagamento do seguro. Competente, portanto, o Juizado para conhecer a apreciar a pretensão exordialmente entabulada** (grifo nosso). Igual destino deve ser atribuído a preliminar de ilegitimidade passiva. É pacífico na doutrina e na jurisprudência pátrias que o seguro DPVAT pode ser cobrado de qualquer seguradora que opere no segmento securitário, ainda que não tenha sido a eleita para realizar o adimplemento pela via administrativa (REsp. nº 602.165/RJ e 200.838/GO). Também não merece guarida a preliminar de falta de interesse de agir, porque infundada. O recebimento de parte do montante devido a título de indenização, pelos legítimos beneficiários, não configura renúncia ao direito de reclamar em Juízo o recebimento da parcela sonogada pela seguradora. Admitir a objeção processual lançada pela recorrente, fundada na sua própria torpeza configuraria notória afronta ao princípio constitucional do acesso à justiça, além de discrepar da melhor orientação jurisprudencial em voga. O Superior Tribunal de Justiça já decidiu que "o recibo dado pelo beneficiário do seguro em relação à indenização paga a menor não o inibe de reivindicar, em juízo, a diferença em relação ao montante que lhe cabe de conformidade com a Lei que rege a espécie. III. Recurso Especial conhecido e provido" (STJ - RESP 296675 - SP - 4ª T. - Rel. Min. ALDIR PASSARINHO Junior - DJU 23.09.2002). No mesmo sentido: STJ - REsp. 129.182-SP e 363.604-SP. No mérito, desmerecem guarida os argumentos colacionados pela recorrente. A decisão guerreada encontra respaldo nas provas colacionadas que privilegiaram a versão entabulada pelo recorrido e na legislação securitária em vigor. **2. Desprovida de suporte se afirma o argumento de que a complementação é indevida porque não restou provado o grau da invalidez. Ora, o caso 'sub judice' trata de debilidade permanente, devidamente atestada pelo IML no laudo já referenciado, sendo, portanto, despicienda e inócua a exigência de pronunciamento nos moldes queridos pela recorrente, até mesmo porque**

a legislação não estabelece tal exigência. "É irrelevante para a fixação da indenização decorrente do seguro obrigatório - DPVAT, se a invalidez é total ou parcial, visto que a Lei não faz distinção quanto ao grau de incapacidade. Se configurada de modo efetivo, consistente, a invalidez permanente, ainda que parcial, faz jus a vítima ao seguro obrigatório, conforme art. 20 da Lei nº 6.194/74 com as alterações da Lei nº 8.441/92 que não traz distinção quanto à espécie de invalidez" (grifo nosso) (TJMS - AC 2005.016432-3/0000-00 - Campo Grande - 3ª T.Cív. - Rel. Des. Hamilton Carli - J. 05.12.2005). 3. Igualmente infundada é a ponderação de que a fixação do valor da indenização compete ao CNSP. O exame do teor do artigo 12, da Lei nº 6194/74, conduz à inequívoca conclusão de que, além da atribuição para emitir normas regulamentares e fixar tarifas, não há qualquer previsão que o legitime a estabelecer administrativamente o valor das verbas indenizatórias. Aliás, nesse particular, o legislador originário não delegou atribuições e foi específico ao estabelecer o patamar indenizatório de quarenta salários mínimos, atualmente, em razão da alteração determinada pela Lei nº 11.482/2007, de R\$13.500,00 (treze mil e quinhentos reais), alteração inaplicável ao caso em comento, como pretende o recorrente, tendo em vista a data do sinistro e do pagamento parcial da indenização (esta em março de 2006). As deliberações restritivas expedidas pelo citado Conselho são, conseqüentemente, ilegais e inconstitucionais por notória usurpação da função legislativa (STJ - Recursos Especiais nºs. 12.145-SP, 146.186-RJ, 128.182-SP e 153.209-SP). Mutatis mutandis, a jurisprudência consolidou entendimento nessa diretiva, o qual não sofreu qualquer alteração com o novo regime de taxação estabelecido pela Lei nº 11.482/2007. (...) 2. É a Lei nº 6.194/74, em seu inciso "b", art. 3º, que fixa o valor do prêmio a ser pago em até 40 salários mínimos em caso de invalidez decorrente de acidente automobilístico, e não será um normativo qualquer que terá o condão de substituí-la, eis que vige em nosso sistema legal-constitucional o princípio da hierarquia das normas. 3. A Lei 6.195/74 não utilizou o salário-mínimo como indexador nem como índice de correção monetária para fins de indenização do seguro dpvat, apenas o fixou como parâmetro a ser seguido, mero critério de apuração, não havendo ofensa ao texto constitucional. (grifo nosso) 4. Indenização securitária feita a menor. Diferença que impõe seu pagamento na forma estipulada no decisor, cuja manutenção se impõe por seus próprios e jurídicos fundamentos. Recurso conhecido e improvido. Sentença mantida" (TJDF - ACJ 20060110431553 - 2ª T.R.J.E. - Rel. Des. Alfeu Machado - DJU 17.11.2006 - p. 174). "O valor de cobertura do seguro obrigatório de responsabilidade civil de veículo automotor (DPVAT), nos casos em que restar constatada a invalidez permanente é de até 40 (quarenta) vezes o valor do maior salário mínimo vigente no País, não se confundindo com o índice de reajuste. A Lei nº 6.194/74 não foi revogada por Leis posteriores, não é considerada inconstitucional por violação ao art. 7º, IV da CF/88, porque o salário mínimo é adotado para fixar o valor da indenização e não para indexação ou correção monetária. A Lei não faz ressalva quanto ao grau de incapacidade de invalidez não cabendo ao intérprete distinguir onde a Lei não o fez, não se podendo admitir que o regulamento do CNSP fixe o teto em valor máximo em valor inferior ao previsto em Lei. A vedação estabelecida em Lei refere-se à utilização do salário mínimo como índice de atualização e não como valor quantitativo da indenização" (grifo nosso) (TJMS - AC 2006.012760-3/0000-00).

SEGURO OBRIGATÓRIO - DPVAT. ACIDENTE DE TRÂNSITO. INVALIDEZ PERMANENTE. PRELIMINARES DE INCOMPETÊNCIA DO JUIZADO ESPECIAL E FALTA DE INTERESSE DE AGIR. REJEIÇÃO. LAUDO DO IML COMO COMPROVAÇÃO. INDENIZAÇÃO CABÍVEL. COMPLEMENTO. SALÁRIO MÍNIMO COMO PARÂMETRO. PAGAMENTO PARCIAL, OPORTUNIDADE EM QUE SE PLEITEIA PAGAMENTO INTEGRAL. CONSELHO NACIONAL DE SEGUROS - CNSP. HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS

95
C 48
70

DEVIDOS. RECURSO IMPROVIDO. "... Afastadas as preliminares suscitadas, passa ao exame do mérito. Aduz o recorrente não ter ocorrido incapacidade para o trabalho ou enfermidade incurável a acometer o recorrido, não merecendo prosperar o pedido de pagamento do valor integral do DPVAT. Contudo, verifico que tanto o relatório médico de fl. 19, quanto o laudo de exame de corpo de delito emitido pelo IML informam que a lesão resultou em debilidade permanente de membro, conforme conclusão dos peritos oficiais: *Lesões contusas com debilidade permanente de membro inferior esquerdo, grau máximo.* Assim, a indenização devida é no importe de 40 vezes o maior salário mínimo vigente, conforme estipulado na alínea "b" do artigo 3º da Lei 6194/74, já que o laudo pericial do IML comprovou a invalidez permanente da vítima de acidente. Ademais, a lei apenas exige que a invalidez seja permanente, nada havendo que se falar sobre o grau de invalidez apurado. Quanto ao valor indenizável referente ao seguro obrigatório e diante da plena vigência do art. 3º da Lei 6.194/74, não é cabível que mero ato administrativo do Conselho Nacional de Seguros Privados - CNSP vá de encontro ao dispositivo legal. Dessa forma, aplicável ao caso a Lei nº 6.194/74, diante do princípio de hierarquia das normas..." (grifo nosso) (2007.01.1.021406-0. ACJ - Apelação Cível no Juizado Especial. Relator ROBSON BARBOSA DE AZEVEDO. 2ª Turma Recursal dos Juizados Especiais Cíveis e Criminais do DF).

8080

"SEGURO DPVAT. FENASEG. COMPANHIA SEGURADORA. LEGITIMIDADE PASSIVA. COMPETÊNCIA DOS JUIZADOS ESPECIAIS. INDENIZAÇÃO DE SEGURO OBRIGATÓRIO. INVALIDEZ PERMANENTE. VALOR ESTABELECIDO EM LEI E VINCULADO AO SALÁRIO MÍNIMO. INCONSTITUCIONALIDADE INEXISTENTE. PRECEDENTES. COMPETÊNCIA DO CONSELHO NACIONAL DE SEGUROS PRIVADOS. RESOLUÇÃO CONTRÁRIA À LEI. ILEGALIDADE. RECURSO IMPROVIDO.

Cabe ao segurado acionar qualquer seguradora conveniada para o recebimento da indenização do seguro obrigatório decorrente de acidente de trânsito. A FENASEG, como mandatária das companhias seguradoras, responde solidariamente pelo pagamento da indenização, uma vez que é responsável pela fiscalização e pagamento das indenizações aos beneficiários. A complexidade apta a afastar a competência dos Juizados Especiais diz respeito à necessidade de produção de provas. Assim, uma vez que haja prova pré-constituída, não procede a alegação de complexidade. O valor da indenização por invalidez permanente é fixado pela Lei 6.194/74 em 40 salários mínimos. Assim, não cabe ao Conselho Nacional de Seguros Privados, como órgão fiscalizador e regulamentador das companhias seguradoras, limitá-lo por meio de resolução. A fixação da indenização em salários mínimos não ofende a Constituição, à medida em que este não é usado como fator de correção monetária. (grifo nosso) (20070110353535ACJ, Relator CARLOS PIRES SOARES NETO, Segunda Turma Recursal dos Juizados Especiais Cíveis e Criminais do D.F., julgado em 18/03/2008, DJ 28/04/2008 p. 210)".

II - DO PEDIDO

PELO EXPOSTO, requer o recorrente se dignem Vossas Excelências a dar integral provimento ao presente Recurso Inominado interposto, determinando a reforma total da r. sentença atacada, a qual julgou extinto o processo

9

sem resolução de mérito da AÇÃO DE COBRANÇA proposta em desfavor da Seguradora Líder dos Consórcios do Seguro DPVAT.

Requer o provimento do Recurso Inominado interposto, condenando a recorrida ao pagamento da importância de **RS 20.112,50 (vinte mil cento e doze reais e cinquenta centavos)**, com a devida correção monetária e acrescida de juros legais.

Caso reste mantida a decisão do Juízo de 1º Grau, o recorrente reitera o pedido de gratuidade da justiça que a isenta do pagamento das custas processuais e honorários advocatícios.

Nestes Termos.

Pede Deferimento.

Recife, 16 de janeiro de 2012.

Ayanne Freitas de Paiva
Ayanne Freitas de Paiva
OAB/PE 27.695



ESTADO DE PERNAMBUCO
PODER JUDICIÁRIO
PRIMEIRO COLEGIO RECURSAL DOS JUIZADOS ESPECIAIS CÍVEIS

5ª Turma
Sessão
14.06.2013

RECURSO INOMINADO Nº : 0000560-49.2011.8.17.8103
Origem: 3º JUIZADO ESPECIAL CÍVEL DA CAPITAL
Processo Nº: 0000560-49.2011.8.17.8103
Recorrente.....: CLAUDIVANIO PEREIRA DE CARVALHO
Advogado.....: AYANNE FREITAS DE PAIVA
Recorrida.....: SEGURADORA LIDER DOS CONS. DO SEGURO DPVAT S/A
Advogado.....: JOAO ALVES BARBOSA FILHO
Relator.....: JUIZ JOSÉ MARCELON LUIZ E SILVA

EMENTA: RECURSO INOMINADO. SEGURO OBRIGATÓRIO DPVAT. INVALIDEZ PERMANENTE. MEDIDA PROVISÓRIA 451/2008 e LEI nº 11.945/2009 NÃO APLICÁVEIS. LEI Nº 6.194/74. VALOR DA INDENIZAÇÃO. LEI Nº 11.482/2007. RECURSO PROVIDO

Recorre o segurado da sentença que, acolhendo a preliminar de incompetência do juizado extinguiu o processo sem julgamento do mérito.

As razões recursais estão no sentido de que as lesões permanentes foram avalidadas e consideradas pela recorrida para realizar o pagamento parcial. No mais, repete os termos da queixa, buscando a procedência do pedido de indenização no valor de R\$ 20.112,50 (vinte mil cento e doze reais e cinquenta centavos).

As constrarrações pugnam pela manutenção do entendimento esboçado na sentença, ressaltando a necessidade de perícia que identifique se a invalidez permanente é total ou parcial e a quantifique na conformidade da Lei nº 11.945/2009.

Tempestivo o recurso, dele conheço também por ser o recorrente beneficiário da assistência judiciária gratuita.

O sinistro ocorreu em 04/04/2007.

A invalidez permanente é incontroversa na espécie, a tanto que a recorrida efetuou pagamento no valor de R\$ 1.687,50. Vale dizer: a invalidez permanente constatada pela seguradora recorrente lastreou o pagamento da indenização securitária. A controvérsia reside na gradação da invalidez.

Antes do advento da Medida Provisória nº 451, de 16 de dezembro de 2008, que define as lesões como total e parcial e institui tabela para o cálculo das indenizações do Seguro DPVAT, não há que se exigir tal gradação. Somente após o tratamento legislativo encetado com a mencionada medida provisória, convertida na Lei nº 11.945, de 04 de junho de 2009, é que tal exigência passou a existir. Ora, se o sinistro ocorreu em 04 de abril de 2007, o direito a indenização rege-se pela legislação até então existente, não se aplicando lei posterior sob pena de violação do princípio da irretroatividade. Com estes fundamentos, afasto a arguição de incompetência do Juizado Especial Cível.

O valor pago é inferior ao da indenização. Logo, o segurado faz jus à complementação da



ESTADO DE PERNAMBUCO
PODER JUDICIÁRIO
PRIMEIRO COLEGIO RECURSAL DOS JUIZADOS ESPECIAIS CÍVEIS

indenização até o limite estabelecido na Lei nº 11.482/2007. A par disso, no caso concreto dos autos, a indenização por invalidez é regida pela anterior redação do art. 3º indicado e deve corresponder a R\$ 13.500,00.

Voto pois, no sentido de dar parcial provimento ao recurso para reformar a sentença e condenar a seguradora recorrida ao pagamento da cobertura securitária no valor de R\$ 13.500,00 (treze mil e quinhentos reais), que importa o complemento de R\$ 11.812,50 (onze mil oitocentos e doze reais e cinquenta centavos).

ACÓRDÃO:

Realizado o julgamento do recurso inominado, no qual são partes como recorrente: CLAUDIVANIO PEREIRA DE CARVALHO e como recorrida: SEGURADORA LIDER DOS CONS. DO SEGURO DPVAT S/A, em 14 de junho de 2013, pela 5ª Turma do I Cólégio Recursal dos Juizados Especiais Cíveis de Pernambuco, composta pelos Juízes de Direito Dr. JOSÉ MARCELON LUIZ E SILVA, ROBERTO CARNEIRO PEDROSA e DAMIÃO SEVERIANO DE SOUZA, sob a presidência do primeiro. Vistos, relatados e discutidos estes autos, acórdam os Juízes componentes da 5ª Turma, na conformidade da ata, à unanimidade, dar parcial provimento ao recurso nos termos do voto do relator.

Recife, Sala das Sessões, 14 de junho de 2013.

JOSÉ MARCELON LUIZ E SILVA
Juiz Presidente

ROBERTO CARNEIRO PEDROSA
Juiz Membro

DAMIÃO SEVERIANO DE SOUZA
Juiz Membro

PROTOCOLO

711588 - C1 / 2011-04204 / INV

JOÃO BARBOSA Advogados Associados

João Barbosa	Cristina de Oliveira Ferreira	Noêmia Fraga Teixeira	Darlan Alves Moulin
João Paulo Martins	Evelyn I. Castillo Arevalo	Juliana Justo de Oliveira	Giovanna de Andrade Ribeiro
Joselaine Maura Figueiredo	Gabrielle Guimarães de Souza	Taís Nery Silva	Isabel Alves da Rocha
Nicole Vianna Riente	Roberta Cunha Marinho	Rafaela F. Villas Boas Chagas	Isabel Teixeira das Chagas
Fernando de Freitas	Ananda Dias Mendes	Klarissa M. C. Campos Ferreira	Lidiane da Silva Erves
Barbosa	Alessandra Modolo	Deolindo Barreto Lima Neto	Cristiane M. Saunier Fiosi
Flávia Nonato Roberto	Amanda de Oliveira M. José	Michelle Galvão da Silva de Souza	Paloma Baptista de Oliveira
Osmar da Silva Aquino			
Adriana França da Costa			

EXMO SR. DR. JUIZ DE DIREITO DO 3º JUIZADO ESPECIAL CÍVEL DA
COMARCA DE RECIFE / PE

Processo n. 560.49.2011.817.8103

SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S.A,
empresa seguradora previamente qualificada nos autos do
processo em epígrafe, neste ato, representada, por seus
advogados que esta subscreve, no autos da AÇÃO DE COBRANÇA DE
SEGURO DPVAT, que lhe promove **CLAUDIVANIO PEREIRA DE CARVALHO**,
vem, mui respeitosamente, à presença de V. Exa., requerer a
juntada da anexa guia judicial, no valor de R\$ 12.993,75 (doze
mil novecentos e noventa e três reais e setenta e cinco
reais), referente ao pagamento da condenação.

Assim, tendo em vista a satisfação integral da obrigação,
requer o arquivamento dos autos.



João Barbosa
OAB/RJ 134.307

Nestes Termos,
Pede Deferimento.
Recife, 26 de agosto de 2013.

Henrique A F Motta
OAB/RJ 113.815

Fabio João Soito
OAB/RJ 114.089

ANTONIO YVES CORDEIRO DE MELO JUNIOR
OAB/PE 30225

31/08/2013 17:00 C.V.E.
-27-490-2013-2000-00234-27

26/08/2013 - BANCO DO BRASIL - 11:59:28
481212360 0203

COMPROVANTE DE PAGAMENTO DE TITULOS

=====

BANCO DO BRASIL S.A.

=====

001900000991610788000427291851035000000001299375
NOSSO NUMERO 16107880042729185
CONVENIO 01610788
SISTEMA DJJ - DEPOSITO JUDICIAL
AGENCIA/COD. CEDENTE 2234/99747159
DATA DO PAGAMENTO 26/08/2013
VALOR DO DOCUMENTO 12.993,75
VALOR COBRADO 12.993,75
DADOS CHEQUE: 001 001 1759 2606,440,002 740.641

=====

NR.AUTENTICACAO 0,8CE,95E,517,8A0,6E7
LEIA NO VERSO COMO CONSERVAR ESTE DOCUMENTO,
ENTRE OUTRAS INFORMACOES.

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE PERNAMBUCO
GUIA DE DEPÓSITO JUDICIAL VIA BOLETO DE COBRANÇA

Autor: CLAUDIVANIO PEREIRA DE CARVALH

Réu: SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIO

RECIFE - 3 JUIZADO ESP. CIVEL

Processo: 005604920118178103 - ID 081140000001854487

**Gula c/ núm. Conta Judicial disponível no dia seguinte ao
pgto em www.bb.com.br>Governo>Judiciário>Gula Dep.Judicial**

Texto de Responsabilidade do Depositante: (21) 3265-5600

SUPERVISAO - FERNANDO BARBOSA

CEDENTE : BANCO DO BRASIL S/A

RECIBO DE SACADO

Nome do Cliente	Data de Vencimento	Valor Cobrado
SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIO	Conta Apresentação	12.993,75
Agência / Código do Cedente	Nosso Número	Autenticação Mecânica
2234 / 99747159-X	16107880042729185	

2011-04204

\$11588

Condernação

Walter Araújo

» Nova Consulta » Imprimir » Home

DADOS DO PROCESSO

Número	0000560-49.2011.8.17.8103
Feitos	- OUTROS
Fase	ENCERRAMENTO
Turma	IM - MANHÃ

PARTES

Parte	Nome
DEMANDANTE	CLAUDIVANIO PEREIRA DE CARVALHO
DEMANDADO	SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DE SEGURO DPVAT

MOVIMENTAÇÕES

Data	Descrição do Ato	Complemento
12/08/2014 07:51:09	ARQUIVAMENTO - Ver Texto	
12/08/2014 07:51:00	DESPACHO - Ver Texto	ARQUIVE-SE
12/08/2014 07:49:31	CONCLUSÃO - Ver Texto	
06/09/2013 12:31:13	INTIMAÇÃO - Ver Texto	LEVANTAMENTO DE DEPÓSITO
06/09/2013 12:30:39	JUNTADA	PETIÇÃO
29/07/2013 11:54:43	JUNTADA	AR
17/07/2013 09:47:59	INTIMAÇÃO - Ver Texto	CUMPRIMENTO DA SENTENÇA
15/07/2013 12:58:00	DEVOLUÇÃO - Ver Texto	COLÉGIO RECURSAL
15/07/2013 12:57:55	ACÓRDÃO	RECURSO PROVIDO PARCIALMENTE
15/07/2013 12:57:14	REMESSA - Ver Texto	COLÉGIO RECURSAL
03/04/2013 11:34:35	DESPACHO - Ver Texto	REMETA-SE AO COLÉGIO RECURSAL
03/04/2013 11:34:29	CONCLUSÃO - Ver Texto	REMESSA AO COLÉGIO RECURSAL
03/04/2013 11:32:42	CERTIDÃO - Ver Texto	CONTRA-RAZÕES
28/02/2012 12:00:21	JUNTADA	CONTRA-RAZÕES
31/01/2012 10:53:04	INTIMAÇÃO - Ver Texto	CIÊNCIA DE RECURSO
31/01/2012 10:52:39	DESPACHO - Ver Texto	INTIME-SE PARA CONTRA-RAZÕES
31/01/2012 10:52:11	CONCLUSÃO - Ver Texto	RECURSO
31/01/2012 10:50:48	CERTIDÃO - Ver Texto	RECURSO
19/01/2012 09:20:02	JUNTADA - Ver Texto	RECURSO
15/12/2011 11:37:22	INTIMAÇÃO - Ver Texto	SENTENÇA
15/12/2011 11:37:21	INTIMAÇÃO - Ver Texto	SENTENÇA
15/12/2011	CERTIDÃO - Ver Texto	

11:33:50		
12/12/2011 09:44:21	DEVOLUÇÃO	MUTIRÃO CJE
12/12/2011 09:44:16	REDISTRIBUIÇÃO	INSTRUÇÃO
12/12/2011 09:42:50	SENTENÇA - Ver Texto	EXTINÇÃO POR INADMISSIBILIDADE PROCED. (ART.51,II)
12/12/2011 09:41:18	CONCLUSÃO - Ver Texto	HOMOLOGAÇÃO DE DECISÃO JUIZ LEIGO
12/12/2011 09:41:08	DECISÃO JUIZ LEIGO - Ver Texto	EXTINÇÃO POR INADMISSIBILIDADE PROCED. (ART.51,II)
12/12/2011 09:31:21	CONCLUSÃO - Ver Texto	DECISÃO DE JUIZ LEIGO
12/12/2011 09:31:14	REDISTRIBUIÇÃO	INSTRUÇÃO
09/11/2011 16:46:17	REMESSA	MUTIRÃO CJE
09/11/2011 16:46:07	DEVOLUÇÃO DE CONCLUSÃO	
23/09/2011 10:41:03	CONCLUSÃO - Ver Texto	SENTENÇA
23/09/2011 10:41:02	REALIZAÇÃO DE AUDIÊNCIA - Ver Texto	INSTRUÇÃO
23/09/2011 09:43:23	AGENDAMENTO DE AUDIÊNCIA	INSTRUÇÃO
23/09/2011 09:43:22	ENCAMINHAMENTO	INSTRUÇÃO
23/09/2011 09:43:21	REALIZAÇÃO DE AUDIÊNCIA - Ver Texto	CONCILIAÇÃO
16/03/2011 08:00:14	CITAÇÃO - Ver Texto	
16/03/2011 08:00:13	TERMO - Ver Texto	QUEIXA
16/03/2011 08:00:11	AGENDAMENTO DE AUDIÊNCIA	CONCILIAÇÃO
16/03/2011 08:00:10	DISTRIBUIÇÃO	
16/03/2011 08:00:09	AUTUAÇÃO E REGISTRO	

Estes dados são apenas informativos, não tendo nenhum valor legal.